

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Cenário Macroeconômico

O ano de 2014 foi marcado por dificuldades do ponto de vista econômico para o Brasil. Observou-se um quadro de estagnação da economia e manutenção da inflação elevada, em meio à contínua deterioração das contas públicas e externas. A piora dos fundamentos locais levou ao rebaixamento do rating brasileiro por uma das principais agências de classificação de risco, após uma sequência de melhoras na nota. As eleições presidenciais acentuaram o debate sobre a necessidade de ajustes na economia, elevando também a volatilidade nos mercados financeiros. No exterior, o quadro para a economia global mostrou-se menos favorável do que o esperado no início do ano, embora sem surpresas significativas. Enquanto nos Estados Unidos prevaleceu um cenário mais positivo, as preocupações com o desempenho de economias importantes como China, Europa e Japão, mantiveram as taxas de juros baixas e levaram a um forte recuo nos preços de *commodities*.

O PIB brasileiro encerrou 2014 indicando crescimento zero no ano. Do lado da demanda, o principal destaque negativo ficou para a formação bruta de capital fixo (investimentos), com recuo de 7,7%. O consumo das famílias também perdeu fôlego, exibindo em 2014 a menor expansão anual desde 2003, em meio ao esfriamento dos condicionantes como emprego e crédito. Do lado da oferta, houve desaceleração nos três setores de atividade, embora com destaque para a queda de 1,9% esperada para o PIB industrial, puxado pelas indústrias de transformação e construção civil. Aspectos estruturais, ligados à baixa competitividade da indústria local, mas também conjunturais, que resultam da conjuntura externa e da crise de confiança doméstica, explicam a evolução amplamente negativa do setor industrial. Já o PIB dos serviços acompanhou o menor dinamismo do consumo das famílias, com expectativa de expansão de apenas 0,8%. Finalmente, a agropecuária terá um crescimento absoluto de 2,2% a maior entre os setores da oferta.

O crescimento nulo do PIB, entretanto, não impediu mais um ano de queda da taxa de desemprego, cuja média deve ficar em apenas 4,9% (5,4% em 2013). Porém, o recuo foi proporcionado por um atípico movimento de queda da população economicamente ativa (-0,6%), em magnitude superior à baixa da ocupação (-0,1%). O estoque total de crédito acentuou a trajetória de desaceleração em 2014, apresentando crescimento de 4,9% em termos reais, nos dados até novembro, após elevação de 8,3% em 2013. A evolução do crédito foi sustentada pelo crescimento da carteira de crédito com recursos direcionados, que mostrou alta de 13,3%, enquanto que o saldo de crédito com recursos livres registrou queda de 1,5% em termos reais.

As taxas de juros, principalmente no que se refere ao impacto para as famílias, mostraram forte movimento de alta ao longo do ano passado, especialmente por conta do aumento dos spreads. A despeito disso, a inadimplência PF, de 6,5% em novembro, sustentou patamares mais baixos, reflexo da postura mais seletiva adotada pelas instituições financeiras. Em linha com o cenário menos favorável ao consumo, as vendas no varejo sustentaram a trajetória de forte desaceleração iniciada em 2013. Até novembro, a expansão real do comércio restrito foi de apenas 2,4%, bem abaixo do resultado de 2013 (4,3%).

Do ponto de vista inflacionário, o IPCA fechou 2014 com variação de 6,41%, acima da observada em 2013 (5,91%) e próxima do teto da meta de inflação. Porém, a abertura indica uma importante mudança de composição entre preços livres e administrados. Em 2013 foi marcante o impacto do controle de tarifas públicas, como transportes urbanos, combustíveis e energia elétrica, o que gerou uma inflação de preços administrados de apenas 1,5% no ano. Em 2014 esse conjunto de preços subiu 5,3%, em substancial diferença, enquanto os livres exibiram variação de 6,7% (7,3% em 2013). O ano já apontou um início de realinhamento de preços, que irá ganhar força em 2015.

Nesse contexto, a política monetária retomou a tendência de aperto na parte final do ano. Após iniciar 2014 em 10%, a taxa Selic sofreu duas elevações nas últimas reuniões do ano, fechando em 11,25%, trajetória que deve ser mantida no início de 2015. A piora do cenário fiscal continuou sendo o principal sintoma dos desequilíbrios macroeconômicos observados nos últimos anos. A expansão dos gastos públicos manteve ritmo elevado e a arrecadação foi prejudicada pelo enfraquecimento da atividade e pelas diversas desonerações promovidas ao longo dos anos.

Nos mercados domésticos, a volatilidade foi marcante em 2014, não apenas em virtude das turbulências externas, mas também diante do fator político local. O desfecho eleitoral reduziu apenas parcialmente as incertezas, pois a reeleição do governo vigente manteve os temores acerca da política econômica que será seguida no segundo mandato. Tais dúvidas sustentaram as pressões no câmbio, em conjunto com a valorização global do dólar, o que levou a moeda norte-americana a encerrar o ano em R\$ 2,66, alta de 12,5% ante o fechamento de 2013. Destaque no ano para a Petrobras, muito afetada pelo quadro eleitoral e pela eclosão das denúncias de corrupção envolvendo dirigentes da empresa. Em suma, o ano de 2014 repercutiu os efeitos macro-econômicos apresentados nos últimos anos, resultando em crescimento zero, inflação próxima ao teto da meta, crise de confiança dos agentes econômicos e piora significativa de contas públicas e externas. O frágil desempenho macroeconômico e o crescente risco de perda do grau de investimento explicitaram a necessidade de mudanças na condução da economia, o que começou a ser observado nas primeiras decisões da nova equipe econômica ao final de 2014 e início de 2015.

Para 2015, parte importante da conta dos problemas passados ainda terá que ser equacionada, o que significa expressivos reajustes de preços administrados, elevações de impostos e tarifas, aperto monetário e redução de subsídios e desonerações. Além disso, incertezas no setor de infraestrutura e dificuldades hídricas e energéticas agregam riscos de baixa para a atividade econômica, de modo que o cenário mais provável é de uma pequena contração do PIB neste ano (-0,5%). Para a inflação, será difícil evitar o estouro do teto da meta, considerando os ajustes de preços necessários. Em suma, será um ano de correção dos rumos, uma travessia necessária a fim de se criar bases sólidas para a retomada de um melhor desempenho a partir de 2016.

2. Bancoob

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob) é um banco comercial privado, especializado no atendimento a cooperativas financeiras. A Instituição integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) e seu controle acionário pertence a entidades filiadas ao Sistema. Além de preservar a autonomia e a liberdade operacional das cooperativas, sobretudo no que diz respeito à sua inserção no mercado financeiro, o Bancoob atua no sentido de agregar fatores de competitividade a essas instituições, por meio de produtos e serviços financeiros que possibilitem um atendimento cada vez mais amplo e satisfatório aos associados. São subsidiárias do Bancoob as empresas Bancoob DTVM e Ponta Administradora de Consórcios e tem o controle da empresa Cabal Brasil com 51% de participação. O Bancoob também é fundador e patrocinador da Fundação Sicoob Previ. Juntas essas empresas viabilizam soluções financeiras nos segmentos de cartões, fundos de investimento, consórcios e previdência. O Bancoob atua fortemente para proporcionar, às cooperativas do Sicoob e aos sistemas parceiros, condições de competitividade frente aos bancos de varejo. Assim, na esteira de sua atuação são conjugadas ações que impulsionam melhores retornos para as cooperativas e seus associados. Em 2014 a Instituição teve seu *Rating* Nacional de Longo Prazo ratificado pela *Fitch Ratings*, em "A-", com perspectiva de estabilidade, refletindo seus excelentes índices de qualidade de ativos, os adequados resultados operacionais e a manutenção da boa liquidez, beneficiada pela centralização financeira do caixa de seus acionistas, as cooperativas do Sicoob.

Para o ano de 2015, o Bancoob está desenvolvendo e consolidando soluções sistêmicas nos segmentos de crédito imobiliário, seguros e aquisição de meios eletrônicos de pagamento.

3. Performance

O Bancoob encerrou 2014 com ativos totais consolidados de R\$ 21,89 bilhões, aumento de 20,80% em relação ao ano anterior, destacando-se: **a. Aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM**

Com montante de R\$ 12,20 bilhões em 2014, tem expressiva participação de títulos públicos federais em sua composição (LFTs, LTNs e NTNfs), o que equivale a 72,44% do total. Os títulos classificados como "mantidos até o vencimento", no valor de R\$ 95 milhões, estão amparados por estudos de capacidade financeira.

b. Operações de crédito

A carteira de crédito totalizou R\$ 8,10 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 21,06% em relação a 2013. Na composição total, destacam-se as linhas de BNDES, Funcafé, Crédito Rural - Recursos Obrigatórios e Poupança Rural.

As operações realizadas com recursos próprios apresentaram desempenho positivo. A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e tradicional), por exemplo, atingiu o valor de R\$ 313,72 milhões, aumento de 15,38% em relação a 2013.

O segmento de cartões registrou aumento da movimentação financeira da carteira, atingindo R\$ 8 bilhões no período, um crescimento de 54% em relação ao mesmo período do ano anterior.

c. Captações

Os depósitos, congregados com a carteira de operações compromissadas, alcançaram, em 2014, o valor de R\$ 18,24 bilhões, um aumento de 18,51% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o comprometimento do Bancoob em ser veículo de aplicação dos recursos oriundos das cooperativas do Sicoob. A Poupança Cooperada fechou o exercício somando R\$ 2,55 bilhões, com crescimento de 31,20% em relação a 2013.

d. Processamento de serviços

O Bancoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou durante o ano 225.177.326 documentos, número este 10,42% superior ao do exercício anterior.

e. Novos convênios

Em 2014, novos convênios de arrecadação corporativos foram adicionados ao portfólio do Sicoob. Merecem destaque a formalização dos contratos com a SEFAZ SP, DETRAN PR, a autorização para arrecadação de tributos de diversas Prefeituras como a de São Paulo, Divinópolis (MG), Santo André (SP) e convênios diversos tais como RGE Energia Elétrica do RS, Energisa (SE), Saneamento ATS Tocantins, DAAEs no interior de São Paulo, CASAL (AL), entre outros.

4. Gerenciamento de riscos

a. Risco operacional

As diretrizes para gestão de riscos operacionais encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional do Sicoob, que foi aprovada pelo Colegiado da Diretoria e pelo Conselho de Administração. O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles. Os resultados são apresentados ao Colegiado da Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAcopd) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA). Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

b. Riscos de mercado e de liquidez

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 9º da Resolução CMN 3.464/2007, art. 11º da Resolução CMN 3.721/2009 e no art. 8º da Resolução CMN 4.090/2012. A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez define a adoção dos seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado;
- análise de descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
- limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de *backtests* dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- limite mínimo de liquidez;
- projeção do fluxo de caixa para 90 dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress;
- planos de contingência.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez.

Em cumprimento às Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

c. Risco de crédito

O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Crédito, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão do risco de crédito, de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 11º da Resolução CMN 3.721/2009.

O risco de crédito decorre da probabilidade de uma contraparte não honrar seus compromissos. Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de atribuição de limites de crédito, visando manter a boa qualidade de sua carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos de classificação de riscos, garantindo a constante atualização dos pesos e das variáveis consideradas.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- procedimentos para a recuperação de créditos;
- sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema.

As normas internas de gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de risco de crédito.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/2009 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco de crédito e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

5. Estrutura de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital no Bancoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o Bancoob aderiu formalmente por decisão da Diretoria e do Conselho de Administração.

Além de dispor de um plano de capital específico, prevenindo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano de contingência, o Bancoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, encontra-se disponível no site do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de Capital.

6. Patrimônio líquido e resultado do exercício

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 alcançou o montante de R\$ 786,87 milhões, o que representa um crescimento de 35,48% em relação ao ano anterior.

O lucro líquido no exercício foi de R\$ 73,87 milhões, com retorno anualizado de 11,45% sobre o patrimônio líquido médio do ano.

7. Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas, pela confiança na atual administração; ao Sicoob Confederação e às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pela parceria no cumprimento dos objetivos sistêmicos; e aos colaboradores do Bancoob, pela dedicação e compromisso.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de Reais)

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Ativo				
Circulante	11.896.427	13.830.764	11.902.306	13.836.387
Disponibilidades (Nota 5)	6.118	3.743	6.121	3.744
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)	3.704.445	6.283.925	3.704.445	6.283.925
Aplicações no mercado aberto	3.083.884	4.996.053	3.083.884	4.996.053
Aplicações em depósitos interfinanceiros	620.561	1.287.872	620.561	1.287.872
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	1.734.967	2.189.730	1.738.463	2.192.811
Carteira própria	738.485	257.903	741.981	260.984
Vinculados a compromissos de recompra	300.448	337.632	300.448	337.632
Vinculados à prestação de garantias	696.034	1.594.195	696.034	1.594.195
Relações interfinanceiras (Nota 21 a)	366.192	464.055	366.192	464.055
Pagamentos e recebimentos a liquidar	514	566	514	566
Créditos vinculados ao Banco Central do Brasil	365.605	463.436	365.605	463.436
Relações com correspondentes	73	53	73	53
Operações de crédito (Nota 8)	4.985.330	4.167.880	4.985.330	4.167.880
Operações de crédito - Setor privado	5.000.183	4.180.526	5.000.183	4.180.526
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.853)	(12.646)	(14.853)	(12.646)
Outros créditos	1.075.760	700.855	1.078.138	703.396
Rendas a receber	51.483	21.448	52.358	22.024
Diversos (Nota 21b)	1.029.782	682.950	1.031.285	684.915
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(5.505)	(3.543)	(5.505)	(3.543)
Outros valores e bens	23.615	20.576	23.617	20.576
Outros valores e bens	659	634	659	634
Despesas antecipadas	22.956	19.942	22.958	19.942
Não circulante	9.995.022	4.291.013	9.986.362	4.283.540
Realizável a longo prazo				
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6)		28.299		28.299
Aplicações no mercado aberto	-	-	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	28.299	-	28.299
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)	6.755.880	1.624.416	6.755.880	1.624.416
Carteira própria	4.907.752	640.017	4.907.752	640.017
Vinculados a compromissos de recompra	38.491	47.075	38.491	47.075
Vinculados à prestação de garantias	1.809.637	937.324	1.809.637	937.324
Operações de crédito (Nota 8)	3.110.822	2.519.962	3.110.822	2.519.962
Operações de crédito - Setor privado	3.131.637	2.541.370	3.131.637	2.541.370
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.815)	(21.408)	(20.815)	(21.408)
Outros créditos	53.204	44.520	54.117	45.003
Diversos (Nota 21b)	53.235	44.551	54.148	45.034
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(31)	(31)	(31)	(31)
Investimentos	18.861	16.332	8.699	7.897
Participações em coligadas e controladas (Nota 10)	18.661	16.132	8.499	7.685
Outros investimentos	200	200	200	212
Imobilizado (Nota 11)	54.023	55.722	54.611	55.959
Imóveis de uso	55.914	55.914	55.914	55.914
Outras imobilizações de uso	18.208	18.194	18.501	18.551
(-) Depreciações acumuladas	(20.099)	(18.386)	(20.341)	(18.505)
Diferido	-	-	-	240
Gastos de organização e expansão	3.203	-	3.203	244
(-) Amortizações acumuladas	(3.203)	-	(3.203)	(4)
Intangível (Nota 12)	2.232	1.762	2.233	1.764
Softwares	6.600	5.521	6.602	5.523
(-) Amortizações acumuladas	(4.368)	(3.759)	(4.369)	(3.759)
Total do ativo	21.891.449	18.121.777	21.888.668	18.119.927

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PERÍODO - FIM DO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Banco		Consolidado	
	Exercícios		Exercícios	
	2º Semestre	2014	2014	2013
Receitas da intermediação financeira	1.030.709	1.887.563	1.299.901	1.887.563
Operações de crédito (Nota 8)	311.621	583.107	465.594	583.107
Resultado com títulos e valores mobiliários (Nota 7b)	705.315	1.278.100	816.677	1.278.100
Resultado das aplicações compulsórias	13.773	26.356	17.630	26.356
Despesas da intermediação financeira	(902.308)	(1.620.361)	(1.059.973)	(1.619.483)
Operações de captação no mercado (Nota 13b)	(876.343)	(1.566.310)	(1.013.187)	(1.565.432)
Operações de empréstimos e repasses (Nota 16b)	(24.489)	(45.597)	(37.935)	(45.597)
Provisão para créditos liquidação duvidosa (Nota 8e)	(1.476)	(8.454)	(8.851)	(8.454)
Resultado bruto da intermediação financeira	128.401	267.202	239.928	268.800
Outras receitas (despesas) operacionais	(77.357)	(164.955)	(167.672)	(166.941)
Receitas de prestação de serviços (Nota 21e)	135.096	249.663	185.120	274.046
Rendas de tarifas bancárias (Nota 21e)	44	80	87	80
Despesas de pessoal (Nota 21f)	(35.588)	(68.234)	(59.030)	(74.538)
Despesas administrativas (Nota 21g)	(86.337)	(172.915)	(141.106)	(188.271)
Despesas tributárias	(26.379)	(51.064)	(65.364)	(53.577)
Resultado de participações em controladas (Nota 10)	2.354	3.567	2.886	1.262
Outras receitas operacionais (Nota 21h)	23.556	43.214	29.127	43.318
Outras despesas operacionais (Nota 21i)	(90.103)	(169.266)	(119.392)	(169.301)
Resultado operacional	51.044	102.247	72.356	101.139
Resultado não operacional (Nota 21j)	1.613			

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em milhares de Reais)

	BANCO			CONSOLIDADO	
	2º Semestre 2014	Exercícios 2014 2013		Exercícios 2014 2013	
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido ajustado	52.730	132.895	83.914	136.427	86.627
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	52.657	124.835	73.625	125.923	74.408
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.476	8.454	8.851	8.454	8.851
Despesas de instrumentos híbridos de capital e dívida	-	673	1.607	673	1.607
Depreciação e amortizações	2.001	3.320	2.411	3.444	2.441
Resultado de participação em controladas	(2.354)	(3.567)	(2.866)	(1.262)	(1.151)
Resultado ágio de participações em controladas	18	460	1.243	460	1.243
Juros pela venda do imobilizado	(1.523)	(2.967)	(2.488)	(2.967)	(2.488)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e civis	455	1.687	1.551	1.702	1.716
(Aumento) diminuição das aplicações interfinanceiras de liquidez	2.734.555	982.211	(52.031)	982.211	(52.031)
Aumento de títulos e valores mobiliários	(2.200.057)	(4.678.582)	(55.811)	(4.678.966)	(55.430)
(Aumento) diminuição das relações interfinanceiras e interdependentes	(1.122)	95.788	(119.880)	95.788	(119.880)
Aumento das operações de crédito	(826.570)	(1.414.311)	(1.629.161)	(1.414.311)	(1.629.161)
Aumento de outros créditos	(254.872)	(323.047)	(434.208)	(322.399)	(433.993)
Aumento de outros valores e bens	(801)	(3.039)	(1.336)	(3.041)	(1.333)
Aumento de depósitos	520.857	2.915.370	2.717.715	2.913.663	2.718.104
Aumento (diminuição) das obrigações por operações comprissadas	52.717	(64.979)	(288.346)	(64.979)	(288.346)
Aumento (diminuição) dos recursos e aceites cambiais, letras imobiliárias, hipotecárias e debêntures (Diminuição) aumento das obrigações por empréstimo e repasses	(1.174)	(566)	1.328	(566)	1.328
Diminuição de outras obrigações	305.455	369.428	345.092	369.428	345.095
Imposto de renda e contribuição social pagos	155.126	290.158	350.160	289.712	348.798
Variação nos resultados de exercícios futuros	(37.391)	(58.114)	(24.519)	(58.911)	(25.204)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	499.462	(1.756.799)	892.928	(1.755.985)	894.583
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Investimentos em participação societária	-	-	-	-	(13)
Recebimento de dividendos e de coligadas	-	578	1.364	-	-
Alienação de investimentos	-	-	-	-	141
Alienação de imobilizado de uso	4	52	34	92	43
Alienação de intangível	-	9	-	9	-
Aquisição de imobilizado	(262)	(1.061)	(983)	(1.335)	(1.170)
Aplicação em gastos diferidos	-	-	-	-	(244)
Aquisição de intangível	(110)	(1.091)	(1.172)	(1.091)	(1.172)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(368)	(1.513)	(757)	(2.325)	(2.415)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital social	94.539	179.379	120.701	179.379	120.701
Aquisição de ações própria emissão	551	551	(551)	551	(551)
Pagamento de dividendos	(44.766)	(44.812)	(50.598)	(44.812)	(50.598)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	50.324	135.118	69.552	135.118	69.552
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	549.418	(1.623.194)	961.723	(1.623.192)	961.719
Modificação na posição financeira					
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	549.418	(1.623.194)	961.723	(1.623.192)	961.720
No início do período	1.319.145	3.491.757	2.530.034	3.491.758	2.530.038
No final do período	1.868.563	1.868.563	3.491.757	1.868.566	3.491.758

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob ("Bancoob"; "Instituição" ou "Banco") é um banco comercial constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central" ou "Bacen") em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997. O Bancoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil ("Sicoob").

As cooperativas centrais também constituíram a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação com a finalidade de prestar serviços de representação, supervisão, padronização de procedimentos operacionais e implantação do sistema de controle interno e serviços de tecnologia da informação.

Dentre os serviços prestados pelo Bancoob, destacam-se a disponibilização da conta de reservas bancárias e a atividade de compensação de cheques e outros papéis.

O descaimento entre passivos e ativos circulantes, no balanço patrimonial individual e consolidado, no valor de R\$ 6,45 bilhões, em 31 de dezembro de 2014, não oferece risco em função do que segue: i) aproximadamente 68% do ativo não circulante constituem-se de títulos públicos federais de elevada liquidez; ii) a maior parte da captação do Banco é feita por meio de certificado de depósito interfinanceiro das cooperativas de crédito, acionistas do Banco; iii) realizamos testes periódicos que demonstram a estabilidade/renovação do passivo de curto prazo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas ("demonstrações contábeis") são de responsabilidade da Administração e estão sendo apresentadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das S.As., associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem, além dos saldos contábeis do Banco, os da BANCOOB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e da Ponta Administradora de Consórcios Ltda. Foram eliminadas as participações societárias, os saldos a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre controladas e controlador.

A Diretoria colegiada do Bancoob submeteu ao Conselho de Administração, que aprovou essas demonstrações contábeis em 10 de fevereiro de 2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível e a valorização de títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Bancoob revisa as estimativas e premissas semestralmente.

b. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

c. Moeda estrangeira

Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas pelo Bancoob para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por operações compromissadas

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação/captação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Importante destacar que se trata de operações lastreadas em títulos públicos federais e privados.

f. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, definidos pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, de acordo com a intenção da Administração, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

ii. Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem mantidos até o vencimento, baseado em estudos de capacidade financeira, sendo contabilizado ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

iii. Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como "títulos para negociação" nem como "mantidos até o vencimento". Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado do ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado. A metodologia de marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata dia com observância do regime de competência pelo método exponencial ou linear, com base nas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diariamente no resultado do período.

Quando da alienação dos títulos disponíveis para venda, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a análise e a classificação do tomador e da operação e observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99. A Resolução requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o de menor risco e "H" o de maior risco.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação classificada como de risco nível "H" é transferida para a conta de compensação, com o correspondente débito em provisão, somente decorridos seis meses da sua classificação nesse nível de risco. A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada como prejuízo passa a ser classificada como de risco nível "H". Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na Nota 8c.

h. Investimentos

Os investimentos são registrados pelo custo de aquisição, sendo as participações societárias em controladas e coligadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

i. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear, observadas as seguintes taxas anuais, baseada na estimativa de vida útil: imóveis de uso – 4,70%, equipamentos de uso - 10%; veículos e processamento de dados - 20%.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

j. Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados a uma taxa anual de 20%. Também é objeto de avaliação anual sobre redução ao valor recuperável.

k. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

l. Depósitos e captações no mercado

Os recursos provenientes de depósitos estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, *pro rata* dia.

m. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis que incluem encargos e variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar, quando aplicável.

n. Plano de previdência

O plano de previdência instituído pelo Bancoob possui a característica de contribuição definida e as contribuições mensais são reconhecidas como despesa no resultado do período.

o. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social, à alíquota de 15%, tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

Os créditos tributários foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima e são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 3.355/06. A referência expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Bancoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências

passivas são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/09, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

• **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.

• **Causas judiciais** - São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.

• **Obrigações legais**- São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Bancoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

q. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

r. Pronunciamentos Técnicos –CPC's

O Banco Central do Brasil aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, que estão contemplados nas demonstrações contábeis:

- CPC 00 (R1) – Pronunciamento Conceitual Básico
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa
- CPC 05 (R1) – Divulgação de Partes Relacionadas
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 24 – Evento Subsequente
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Os demais Pronunciamentos Técnicos publicados serão adotados quando aprovada a sua adoção pelo Banco Central do Brasil.

4. Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Caixa				
Disponibilidades (Nota 5)	6.118	3.743	6.121	3.744
Moeda nacional	176	79	179	80
Moeda estrangeira	5.942	3.664	5.942	3.664
Equivalentes de caixa				
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias) – (Nota 6)	1.862.455	3.488.014	1.862.445	3.488.014
Total	1.868.563	3.491.757	1.868.566	3.491.758

5. Disponibilidades

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
Moeda nacional	176	79	179	80
Moeda estrangeira	5.942	3.664	5.942	3.664
Total	6.118	3.743	6.121	3.744

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Composição das Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	BANCO					CONSOLIDADO			
	Vencimento					Total		Total	
	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima de 1 ano	2014	2013	2014	2013	
Aplicações em operações compromissadas	1.964.266	-	-	1.119.618	-	3.083.88	4.996.053	3.083.884	4.996.053
Re vendas a liquidar - Posição bancada	817.844	-	-	923.542	-	1.741.386	3.628.850	1.741.386	3.628.850
Re vendas a liquidar - Posição financiada	1.146.422	-	-	196.076	-	1.342.498	1.367.203	1.342.498	1.367.203
Aplicações em depósitos interfinanceiros	88.316	212.078	132.535	187.632	-	620.561	1.316.171	620.561	1.316.171
Total	2.052.582	212.078	132.535	1.307.250	-	3.704.445	6.312.224	3.704.445	6.312.224
Circulante	-	-	-	-	-	3.704.445	6.283.925	3.704.445	6.283.925
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	28.299	-	28.299

b. Receitas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 7b)

- Classificadas na demonstração de resultado com resultado de operações de títulos e valores mobiliários.

	BANCO		
	2º Semestre 2014	2014	2013
Receitas de Aplicações em Operações Compromissadas			
- Posição Bancada	173.024	366.124	320.628
- Posição Financiada	76.764	140.509	113.700
Subtotal	249.788	506.633	434.328
- Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	47.714	118.634	99.199
Total	297.502	625.267	533.527

A variação no período decorreu de uma diversificação de investimentos, visando um maior retorno sobre os ativos com realocação de parte dos recursos financeiros alocados em operações compromissadas para Títulos Públicos Federais, vide Nota 7 a.

7. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e valores

depósitos efetuados em cooperativas de crédito. Com base na avaliação dos consultores jurídicos, os processos que originaram os referidos bloqueios judiciais foram classificados como risco de perda remota, nos termos da Resolução nº 3.823/09, do CMN (vide Nota 3q).

c. Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

BANCO E CONSOLIDADO					
2º Semestre 2014		2014		2013	
Rendas com Títulos de Renda Fixa	406.742	649.781	276.404		
Rendas de Aplicações de Fundos de Investimentos	2.399	5.397	7.634		
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6b)	297.502	625.267	533.527		
Despesas com Títulos e Valores Mobiliários	1.328	2.345	888		
Total	705.315	1.278.100	816.677		

8. Operações de crédito

a. Composição da carteira de operações de crédito

BANCO E CONSOLIDADO			
2014		2013	
Empréstimos e títulos descontados	487.466	413.046	
Financiamentos	727.030	635.838	
Financiamentos rurais e agroindustriais	6.917.324	5.673.012	
Subtotal	8.131.820	6.721.896	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(35.668)	(34.054)	
Total	8.096.152	6.687.842	
Circulante	4.985.330	4.167.880	
Não Circulante	3.110.822	2.519.962	

O aumento incorrido nas operações de crédito no exercício decorre, principalmente, da maior demanda por crédito por parte dos participantes do Sicoob.

b. Composição da carteira por setor de atividade e prazo de vencimento

BANCO E CONSOLIDADO								
Vencidas	A vencer					Total		
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	2014	2013	
Rural	693.104	3.808.840	1.540.732	520.539	354.110	6.917.325	5.673.012	
Intermediários financeiros	1.681	33.821	95.126	167.816	103.154	10.807	42.405	
Pessoas físicas	1.686	119.881	75.918	147.896	60.847	653	406.881	
Outros serviços	376	101.454	68.297	114.551	51.798	395.209	289.561	
Total	3.743	948.260	4.048.181	1.970.995	743.273	8.131.820	6.721.896	

c. Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa por risco

BANCO E CONSOLIDADO							
Risco	2014		2013		Valor da provisão	Saldo da carteira	%
	Percentual	Saldo da carteira	% da carteira	Valor da provisão			
AA	0,00%	5.650.704	69,49	-	4.521.987	67,27	-
A	0,50%	2.033.575	25,01	10,168	1.878.251	27,94	9,391
B	1,00%	339.176	4,17	3,392	235.741	3,51	2,358
C	3,00%	70.796	0,87	2,124	39.348	0,59	1,180
D	10,00%	10.216	0,13	1,022	17.955	0,27	1,795
E	30,00%	6.018	0,07	1,805	10.969	0,16	3,291
F	50,00%	7.832	0,10	3,916	2.084	0,03	1,042
G	70,00%	872	0,01	610	1.881	0,03	1,317
H	100,00%	12.631	0,16	12.631	13.680	0,20	13,680
Total	-	8.131.820	100,00	35.668	6.721.896	100,00	34.054

d. Concentração das operações de crédito

BANCO E CONSOLIDADO			
	2014	%	2013
10 maiores devedores	2.553.965	31,41	2.305.460
50 devedores seguintes	2.180.135	26,81	1.563.660
100 devedores seguintes	1.183.369	14,55	750.381
Demais	2.214.351	27,23	2.102.395
Total	8.131.820	100,00	6.721.896

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

e1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Operações de Crédito

BANCO E CONSOLIDADO			
	2º Semestre 2014	Exercício 2014	2013
Saldo no início do semestre/exercício	37.498	34.054	33.699
Constituição(reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	327	6.492	5.307
Operações de crédito baixadas para prejuízo	(2.157)	(4.878)	(4.952)
Saldo no final do semestre/exercício	35.668	35.668	34.054

Os créditos renegociados no exercício de 2014 totalizaram R\$ 55.260 (2013 - R\$ 62.395) e decorrem das operações de Crédito Consignado, Empréstimos, Crédito Rural e Funcafé. Dos valores renegociados, R\$ 55.056 (2013 - R\$ 61.996) representam contratos de Crédito Rural e Funcafé que foram renegociados por força normativa através de resoluções do CMN e R\$ 204 (2013 – R\$ 399), correspondem a contratos renegociados por inadimplência.

A recuperação de créditos baixados como prejuízo no exercício de 2014 totalizou R\$ 1.139 (2013 - R\$ 1.290).

e2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Outros Créditos com característica de concessão de crédito

BANCO E CONSOLIDADO		
	2014	2013
Saldo no início do semestre	3.543	2.062
Constituição de provisão para créditos liquidação duvidosa	1.962	1.481
Saldo no final do semestre	5.505	3.543

f. Receitas de Operações de Crédito

BANCO E CONSOLIDADO			
	2º Semestre 2014	Ano 2014	2013
Empréstimos e títulos descontados	50.336	96.018	83.645
Financiamentos	28.359	55.347	43.912
Financiamentos rurais e agroindustriais	232.403	430.603	336.763
Subtotal	311.098	581.968	464.320
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	523	1.139	1.274
Total	311.621	583.107	465.594

Importante destacar que na nota 21i, encontra-se descrito os saldos de Comissões sobre Operações de Crédito incorridas no curso normal do processo de concessão de crédito previsto para o Sicoob.

9. Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2014, o Bancoob possuía créditos tributários registrados em Outros créditos (Nota 21b), no montante de R\$ 24.381 (2013 - R\$ 21.389), que são originários de diferenças intertemporais entre o resultado contábil e fiscal.

a. Composição

Natureza e origem	BANCO		CONSOLIDADO		BANCO	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Provisão para Cofins	6.971	6.971	6.971	6.971	6.971	6.971
Provisão perdas para créditos de liquidação duvidosa	42.524	42.524	42.524	42.524	38.689	38.689
Provisão passivos cíveis e trabalhistas	1.456	1.456	1.456	1.456	1.099	1.099
Ajuste a valor de mercado (TVM)	2.737	2.737	2.737	2.737	40	40
Provisão para Participação nos Resultados	4.994	4.994	5.125	5.125	3.397	3.397
FGTS 50% - Diretoria	510	510	640	640	564	564
Bonificação Cartão	560	560	560	560	839	839
Honorários Advocáticos	1.000	1.000	1.000	1.000	1.711	1.711
Outras provisões	201	201	237	237	163	163
Montante	60.953	60.953	61.250	61.250	53.473	53.473
Aliquotas	25%	15%	25%	15%	25%	15%
Créditos tributários constituídos	15.238	9.143	15.312	9.188	13.368	8.021

b. Movimentação

	BANCO		CONSOLIDADO		BANCO	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31 de dezembro						
Crédito tributário (ativo)	13.368	8.021	13.368	8.021	12.324	7.395
Imposto diferido (passivo)	(110)	(66)	(110)	(66)	(35)	(21)
Total	13.258	7.955	13.258	7.955	12.289	7.374
Ajuste em resultado	1.196	717	1.270	763	1.053	632
Créditos tributários constituídos	3.826	2.295	3.900	2.341	3.881	2.329
Créditos tributários baixados	(2.630)	(1.578)	(2.630)	(1.578)	(2.828)	(1.697)
Ajuste em patrimônio líquido (TVM)	783	470	783	469	(84)	(51)
Créditos tributários constituídos	1.763	1.059	1.763	1.058	321	192
Créditos tributários baixados	(1.089)	(654)	(1.089)	(654)	(330)	(198)
Movimentação do imposto diferido	109	65	109	65	(75)	(45)
Movimentação	1.979	1.187	2.053	1.232	969	581
Saldo em 31 de dezembro						
Crédito tributário (ativo)	15.238	9.143	15.312	9.188	13.368	8.021
Imposto diferido (passivo)	(1)	(1)	(1)	(1)	(110)	(66)
Total	15.237	9.142	15.311	9.187	13.258	7.955

c. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo realizado pela Administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até 5 anos, assim distribuídos:

	2014		2013	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
2015	8.674	7.728	8.740	7.788
2016	3.641	2.908	3.694	2.950
2017	3.981	2.873	3.981	2.873
2018	3.667	2.399	3.667	2.399
2019	4.418	2.634	4.418	2.634
Total de créditos tributários	24.381	18.542	24.500	18.642

O valor presente do crédito tributário foi apurado considerando-se a taxa Selic projetada para os anos de realização.

d. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado.

	2014		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	124.835	124.835	73.625	73.625
Resultado de participações em controladas	(3.567)	(3.567)	(2.886)	(2.886)
Participação de empregados nos lucros	(4.954)	(4.954)	(3.909)	(5.090)
Base de cálculo	116.313	116.313	66.830	66.830
Aliquota de tributação	25%	15%	25%	15%
Total	29.078	17.477	16.708	10.025
Efeito tributário sobre diferenças temporárias	959	575	938	563
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Total	30.037	18.052	17.646	10.588

	BANCO				CONSOLIDADO			
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	89	53	(96)	(58)	91	54	(114)	(64)
Demais provisões	148	89	211	127	200	119	213	128
Total	1.196	717	1.053	632	1.249	749	1.037	627
Efeito Tributário sobre diferenças permanentes	487	312	(1.934)	(1.146)	480	333	(1.955)	(1.140)
Prejuízo fiscal/Base negativa à compensar	-	-	-	-	(147)	(41)	(119)	(43)
Patrocínios/Lei do Esporte	(765)	-	-	-	(765)	-	-	-
PAT	(437)	-	(380)	-	(447)	-	(380)	-
Vale Cultura	(38)	-	(377)	-	(38)	-	(384)	-
Prorrogação Licença Maternidade	(76)	-	(63)	-	(76)	-	(63)	-
Total	1.316	-	(820)	-	1.473	(41)	(945)	(43)
Imposto de renda e contribuição social corrente	29.445	18.476	15.007	9.511	30.149	18.844	15.449	9.743

10. Participações em empresas controladas

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e estão registrados no "Ativo não circulante – investimentos". Os ajustes decorrentes da equivalência patrimonial foram incluídos no grupo "Resultado de participações em controladas". Para as demonstrações financeiras consolidadas, exceto as controladas em conjunto, os investimentos em empresas controladas são eliminados no processo de consolidação.

Discriminação	Data-Base	Capital social realizado	Patrimônio líquido ajustado	Resultado no exercício	Participação %	Quantidade de quotas	Resultado de equivalência		Ágio em Investimentos		Banco Consolidado	
							2º Semestre 2014	Exercício 2014	2014	2013	2014	2013
Bancoob												
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (*)	31/12/2014	2.170	2.896	649	99,9994	2.000.000	566	649	609	-	-2.896	2.825
Cabal Brasil Ltda. (**)	31/12/2014	7.435	16.641	1.262	51	7.435.270	428	1.262	1.150	-	-8.487	7.225
Ponta Administradora de Consórcios Ltda. (***)	31/12/2014	6.191	7.279	1.656	99,99	6.191.000	1.360	1.656	1.1			

a. Obrigações legais classificadas como “risco de perda provável”

As obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no semestre. Os depósitos judiciais estão registrados em “Outros Créditos – Diversos”.

Provisões constituídas

a.1. Composição dos saldos patrimoniais

	BANCO				CONSOLIDADO			
	2014		2013		2014		2013	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Fiscais	7.105	7.104	7.105	7.104	7.105	7.105	7.105	7.109
Trabalhistas	392	561	318	386	511	570	368	386
Cíveis	440	894	110	713	440	949	110	813
Total	7.937	8.559	7.533	8.203	8.056	8.624	7.583	8.308

a.2 Movimentação das provisões para causas judiciais

	BANCO				CONSOLIDADO			
	2014		2013		2014		2013	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total	Total	Total	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro	7.104	386	713	8.203	8.587	8.308	8.972	
Constituições no exercício	-	1.012	932	1.944	2.423	1.992	2.498	
Utilizações no exercício	-	(620)	(447)	(1.067)	(1.638)	(1.104)	(1.712)	
Reversões no exercício	-	(217)	(304)	(521)	(1.169)	(572)	(1.450)	
Saldo final em 31 de dezembro	7.104	561	894	8.559	8.203	8.624	8.308	

A provisão para riscos fiscais está registrada em Outras Obrigações – fiscais e previdenciárias (Nota 21c) e as provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão registradas em Outras Obrigações – diversas (Nota 21d).

Natureza das ações classificadas como “risco de perda provável”

i. **Trabalhistas** – Referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.

ii. **Cíveis** – Referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

b. Contingências classificadas como “risco de perda possível”

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: (i) ações cíveis que discutem a solidariedade do Bancoob quanto a depósitos feitos em cooperativas; (ii) ação cível que discute a responsabilidade indenizatória do Bancoob por erro cometido por cooperativa; (iii) ações de natureza trabalhista; (iv) ações administrativas fiscais previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos e PIS).

b.1 Saldo dos passivos contingentes classificadas como “risco de perda possível”

	BANCO				CONSOLIDADO			
	2014		2013		2014		2013	
	Fiscais/Previdenciárias	Cíveis	Total	Total	Total	Total	Total	Total
Trabalhistas	3.859	4.428	5.210	5.179				
Fiscais/Previdenciárias	2.574	987	2.574	987				
Cíveis	34.568	24.540	34.957	24.673				
Total	41.001	29.955	42.741	30.839				

c. Contingências classificadas como “risco de perda remota”

A Receita Federal questiona, por meio de autuação fiscal, o valor deduzido pelo BANCOOB em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória do valor pago pelo BANCOOB, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do Banco. Em 21/10/14, o CARF deu provimento parcial ao recurso do Banco para excluir a multa isolada. Aguarda-se a publicação do acórdão para apresentação do recurso especial à Câmara Superior.

Com base nas recomendações dos advogados internos e externos, considerando a jurisprudência da Câmara Superior, o processo continua classificado com o prognóstico de perda remota.

d. Cofins – Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

Em novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória nº 627, alterando o art. 39 da Lei nº 12.865/13 (instituiu o programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários - REFIS, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718/98, devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras), concedendo anistia de 100% quanto às multas de mora e juros, pela adesão ao REFIS, em contrapartida à desistência das ações judiciais e administrativas em curso por parte dos contribuintes que discutiam a base de cálculo do PIS e da Cofins.

Em 29 de novembro de 2013, o Bancoob aderiu ao REFIS, recolhendo o valor à vista de R\$ 29.474, registrado na rubrica “Despesas de Contribuição ao Cofins”.

No exercício de 2014, foram encerradas as discussões judiciais e administrativas relativas a esse tributo.

18. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é composto atualmente por ações 398.549.474 (2013–304.267.025), sendo 200.368.377 ações ordinárias (2013–152.968.437) e 198.181.097 ações preferenciais (2013–151.298.588), todas sem valor nominal.

No ano de 2014, foi realizado aumento de capital no total de R\$ 179.379, totalmente integralizados no exercício.

b. Reserva de capital

O saldo de R\$ 45 (2013 - R\$ 45) refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

c. Reserva de lucros

O estatuto do Bancoob destina 5% do lucro líquido ajustado do exercício à formação de reserva de lucros. Foram destinados R\$ 3.694 em 2014 (R\$ 2.344 em 2013). Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 66.485 (R\$ 42.195 em 2013), a ser destinada na próxima assembleia.

d. Dividendos

O estatuto do Bancoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício. Foram provisionados dividendos no montante de R\$ 3.694, equivalentes a R\$ 9,27 por lote de mil ações (2013 - R\$ 2.344, equivalentes a R\$ 7,70 por lote de mil ações).

e. Ajuste a valor de mercado

Está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda conforme requerido pela Circular nº 3.068/01 do Banco Central, líquidos dos efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social. (Nota 9a).

19. Instrumentos híbridos de capital e dívida

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.444/07, de 28 de fevereiro de 2007, o Bancoob mantinha a captação de recursos com as suas cooperativas de crédito, por meio de “Instrumentos híbridos de capital e dívida”. Em junho de 2014 houve o resgate total (2013 - R\$ 19.675).

20. Limites operacionais - Acordo da “Basileia”

O patrimônio líquido do Bancoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos.

	2014		2013	
	Dezembro	Dezembro	Dezembro	Dezembro
Patrimônio de referência de nível I	786.625	580.839	786.625	580.839
Capital Principal	786.625	580.839	786.625	580.839
Patrimônio Líquido	786.625	580.839	786.625	580.839
Redução dos ganhos/perdas de ajuste valor de mercado	-	-	-	-
Patrimônio de referência de nível II	-	18.494	-	18.494
Redução dos ganhos/perdas de ajuste valor de mercado	-	-	-	-
Instrumento Híbrido de Capital e Dívida (2)	-	18.494	-	18.494
Patrimônio de referência (a)	786.625	599.333	786.625	599.333
Risco de Crédito	4.004.712	4.462.916	4.002.164	4.462.916
Risco de mercado	77.841	26.622	77.841	26.622
Risco operacional	468.457	386.976	468.457	386.976
Ativo ponderado pelo risco - RWA (b) (3)	4.551.010	4.876.514	4.548.462	4.876.514
Índice da Basileia (a/b)	17,28%	12,29%	17,29%	12,29%
Capital nível I	17,28%	11,91%	17,29%	11,91%
Capital principal	17,28%	11,91%	17,29%	11,91%
Capital nível II	-	0,38%	-	0,38%
Risco banking (RBAN)	350.319	199.880	350.319	199.880
Índice da Basileia amplo	16,05%	11,81%	16,06%	11,81%

Em 2014, com a adoção da Circular BC nº 3.730 de 18 de novembro, tivemos uma melhora dos índices de Basileia do Banco.

21. Outros desdobramentos das demonstrações contábeis

a. Composição de relações interfinanceiras

a.1 Ativas

	BANCO E CONSOLIDADO	
	2014	2013
	Direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	514
Recolhimento recurso crédito rural – Bacen – MCR 6-2 (*)	-	91.682
Reservas compulsórias em espécie no Bacen	35.329	23.193
Bacen – Recolhimentos obrigatórios	330.276	348.561
Relações com correspondentes	73	53
Total	366.192	464.055

(*) Valor referente à deficiência da exigibilidade de aplicação dos Recursos de Crédito Rural - MCR 6-2.

a.2 Passivas

	BANCO E CONSOLIDADO	
	2014	2013
	Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação	23.526
Total	23.526	25.272

b. Composição de outros créditos - Diversos

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
	Depósitos em garantia (a)	7.937	7.533	8.056
Créditos tributários (Nota 9)	24.381	21.389	24.500	21.389
Valores a receber de cooperativas (b)	5.318	4.400	5.318	4.400
Tributos a compensar	39.907	23.855	41.116	24.748
Valores a receber de cartões de crédito (c)	892.114	587.476	892.114	587.476
Títulos e créditos a receber (d)	47.891	33.305	47.891	33.305
Adiantamentos e antecipações salariais	2.608	2.308	2.685	2.434
Adiantamentos por conta de imobilizações	10	93	10	102
Pagamentos a ressarcir	33.426	14.404	33.929	14.926
Valores a receber BNDES	59	1	59	1
Valores a receber Sicoob Brasil	511	253	511	253
Valores a receber Funcafé (e)	3.234	7.688	3.234	7.688
Outros	25.621	24.796	26.010	25.642
Total	1.083.017	727.501	1.085.433	729.949
- Circulante	1.029.782	682.950	1.031.285	684.915
- Não circulante	53.235	44.551	54.148	45.034

(a) Inclui depósito judicial registrado em Outros créditos – Diversos, no circulante, no valor de R\$ 7.105 (2013 - R\$ 7.105) relativo à diferença apurada entre os recolhimentos efetuados para a COFINS, em decorrência de liminar concedida, e o exigido nos termos do art. 3º da Lei nº 9.718/98 (Nota 17a).

(b) Referem-se aos serviços bancários realizados pelo Bancoob às cooperativas participantes do sistema de compensação e que são liquidados no mês subsequente à prestação do serviço.

(c) Refere-se às transações com cartão de crédito Cabal/Mastercard efetuadas pelos portadores de cartões. O aumento no exercício é reflexo do esforço da administração em alavancar as operações de Cartão.

(d) Refere-se, preponderantemente, aos valores a receber do negócio adquirência que totaliza R\$ 17.366 e pela venda de bens ao Sicoob Confederação, no valor de R\$ 27.588, sendo:

a. Venda de ativos de tecnologia da informação - Em 29 de setembro de 2008, celebraram entre si o Bancoob e a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação contrato de venda de ativos de tecnologia da informação, contemplando aquisição de *hardware* e *software* e promessa de cessão de contratos de licenças de *software*, contratos de terceiros e outras avenças com encerramento dos vencimentos em setembro de 2018.

O saldo devedor total é de R\$ 8.799 em 31 de dezembro de 2014.

b. Venda de bens móveis - Em 30 de dezembro de 2008, foi realizada venda de salas e do CPD do edifício-sede do Bancoob:

• “Promessa de compra e venda de imóvel” entre o Bancoob e a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Brasil, com encerramento dos recebimentos em novembro/2033.

O saldo devedor total é de R\$ 18.789 em 31 de dezembro de 2014.

(e) Refere-se aos valores a receber relativos ao *spread* das operações com recursos do Funcafé.

c. Fiscais e previdenciárias

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
	Provisão para imposto de renda	29.444	15.007	30.150
Provisão para contribuição social	18.477	9.511	18.844	9.742
Tributos a recolher sobre serviços de terceiros	506	599	536	605
Tributos e contribuições sobre salários	2.278	2.079	2.740	2.271
Tributos e contribuições diferidos (Ajuste a mercado de títulos e valores mobiliários) (Nota 18e)	1	176	1	176
Provisão para riscos fiscais (Nota 17a)	7.104	7.104	7.104	7.104
Outros tributos a recolher	3.497	3.005	3.806	3.464
Total	61.307	37.481	63.181	38.811
- Circulante	54.199	37.481	55.820	38.577
- Não circulante	7.108	-	7.361	234

d. Composição de outras obrigações – Diversas

	BANCO		CONSOLIDADO	
	2014	2013	2014	2013
	Provisão para pagamento de despesas administrativas	28.870	23.084	29.726
Tarifas interbancárias a repassar	3.040	2.725	3.040	2.725
Obrigações de cartão de crédito (a)	836.096	544.211	836.096	544.211
Provisão <i>Del Credere</i> (b)	10.397	9.011	10.397	9.011
Obrigações com convênios oficiais – INSS	19.809	7.174	19.809	7.174
Valores a pagar arrecadação	4.009	4.915	4.009	4.915
Valores a repassar do BNDES	139	87	139	87
Obrigações por recursos de consorciados (c)	-	-	3.003	3.082
Outras	28.334	756	29.229	1.564
Total	930.694	591.963	935.448	596.511
- Circulante	929.239	590.864	933.893	595.357
- Não circulante	1.455	1.099	1.555	1.154

(a) Corresponde às obrigações assumidas com a bandeira Mastercard e lojistas da rede Cabal, pelas transações efetuadas pelos portadores de cartão. O aumento no exercício é reflexo do esforço da administração em alavancar as operações de Cartão.

(b) Refere-se ao pagamento às cooperativas pela liquidação de parcelas de operações do BNDES e Funcafé no valor de 50% do *spread* recebido pelo Banco dos órgãos oficiais.

(c) Referem-se aos valores dos recursos dos grupos encerrados não procurados pelos consorciados.

e. Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

	BANCO		CONSOLIDADO	
	Semestre		Semestre	
	2014	2013	2014	2013
Convênio Sicoob (*)	13.002	24.902	22.347	24.902
Rendas de serviços bancários	14.344	27.350	23.803	27.350
Rendas de serviços prestados de fundos	912	1.815	1.618	1.618
Rendas de administração de fundos	-	-	-	4.413
Rendas de administração de Consórcio	-	-	-	19.970
Rendas de serviços com cartão de crédito (**)	82.966	152.345	107.648	152.345
Rendas de recebimento de concessionárias (***)	18.792	34.375	23.522	34.375
Rendas de tarifas bancárias	44	80	87	80
Outras receitas diversas	5.080	8.876	6.182	8.876
Total	135.140	249.743	185.207	274.126

b. Seguros
O Bancoob adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

c. Garantias prestadas
As garantias concedidas, mediante encargos financeiros, relativas a avais e fianças totalizam, em 31 de dezembro de 2014, R\$ 3.886 (2013 - R\$ 5.920).

d. Benefícios a empregados
Previdência complementar
O Bancoob é patrocinador da Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência, complementares aos da previdência oficial básica, na modalidade de contribuição definida. Em 31 de dezembro de 2014, a Sicoob Previ contava com 390 participantes ativos (2013 - 402), cuja contribuição totalizou R\$ 1.181 (2013 - R\$ 1.019).

e. Participação nos lucros
O Bancoob oferece a seus funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme Acordo Coletivo de Trabalho. No 2º semestre e no exercício de 2014, foram provisionados os valores de R\$ 3.097 e R\$ 4.954, respectivamente (2013 – R\$ 1.837 e R\$ 3.909), consolidado – R\$ 3.184 e R\$ 5.090 (2013 – R\$ 1.863 e R\$ 4.006), registrado em Provisão para Participações nos Lucros.

f. Fiscalização
Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis, consoante legislação específica aplicável.

g. Alterações na Legislação Tributária
A Medida Provisória nº 627 (MP 627), foi convertida na Lei nº 12.973 em 13 de maio de 2014, alterando a Legislação Tributária Federal sobre os tributos IRPJ, CSLL, PIS e Cofins. As duas principais alterações trazidas pela Lei foram:
1- Revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
2- Alteração do conceito de faturamento.
O Bancoob já havia adotado o novo conceito de faturamento, com isso a Lei não trouxe impacto relevante para a Instituição.

h. Bancoob Participações em Seguridade S.A.
O BANCOOB, motivado pelas oportunidades no mercado de seguros, pela capilaridade da rede de atendimento do Sicoob, bem como pelo desafio de atender as necessidades de seus associados, está constituindo a Bancoob Participações em Seguridade S.A., com o objetivo de criar uma Companhia Seguradora de Vida e Previdência em sociedade com a MONGERAL AEGON. O processo de constituição da nova seguradora será submetido à aprovação da SUSEP e do CADE.

24. Gerenciamento de riscos
a. Risco operacional
As diretrizes para gestão de riscos operacionais encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional do Sicoob, que foi aprovada pelo Colegiado da Diretoria e pelo Conselho de Administração. O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles. Os resultados são apresentados ao Colegiado da Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal. A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA). Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco operacional e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

b. Riscos de mercado e de liquidez
O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão dos riscos de crédito, de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 9º da Resolução CMN 3.464/2007, art. 11º da Resolução CMN 3.721/2009 e no art. 8º da Resolução CMN 4.090/2012. A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez do Bancoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos. A Política Institucional de Gerenciamento de Riscos de Mercado e de Liquidez define a adoção dos seguintes procedimentos:
a) utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado;
b) análise de descasamentos para avaliação de impacto na margem financeira;
c) limite máximo para a exposição a risco de mercado;
d) realização periódica de *backtests* dos modelos de cálculo de risco de mercado;
e) limite mínimo de liquidez;
f) projeção do fluxo de caixa para 90 dias;
g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de *stress*;
h) planos de contingência.
Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez. Em cumprimento às Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

c. Risco de crédito
O Bancoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Crédito, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob. Cabe ao Bancoob a responsabilidade pela estrutura centralizada de gestão do risco de crédito, de mercado e de liquidez, conforme previsto no art. 11º da Resolução CMN 3.721/2009. O risco de crédito decorre da probabilidade de uma contraparte não honrar seus compromissos. Para mitigar o risco de crédito, o Bancoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de atribuição de limites de crédito, visando manter a boa qualidade de sua carteira. O Bancoob realiza testes periódicos de seus modelos de classificação de riscos, garantindo a constante atualização dos pesos e das variáveis consideradas. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:
a) adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
b) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
d) procedimentos para a recuperação de créditos;
e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
f) informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema
As normas internas de gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos. Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob. Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados periodicamente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para promover melhorias no gerenciamento de risco de crédito. Em cumprimento à Resolução CMN 3.721/2009 e à Circular BC 3.678/2013, encontram-se disponíveis no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de risco de crédito e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

25. Estrutura de gerenciamento de capital
O gerenciamento de capital no Bancoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o Bancoob aderiu formalmente por decisão da Diretoria e do Conselho de Administração. Além de dispor de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano de contingência, o Bancoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível. Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração. O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna. Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, encontra-se disponível no sítio do Bancoob (www.bancoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de Capital.

Atividades
6. O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares:
a) promoveu, no 2º semestre de 2014, 7 reuniões ordinárias;
b) atuou com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores independentes, dos auditores internos e dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;
c) acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis, avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas, examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
d) promoveu reuniões com a Diretoria e os Conselhos de Administração e Fiscal e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;
e) acompanhou e avaliou os trabalhos de: Auditoria Interna; Auditoria Independente realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers; gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de liquidez e de crédito; prevenção à lavagem de dinheiro e gestão de continuidade de negócios; e
f) apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração.

Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos
7. Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gestão de riscos no Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.
8. No 2º semestre de 2014, não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos funcionários.
9. O Comitê de Auditoria considera que o sistema de controles internos e os processos relacionados à gestão de riscos são adequados ao porte e à complexidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Bancoob, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos.

Auditoria Independente
10. Os auditores independentes contratados – PricewaterhouseCoopers – PwC – apresentaram, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes, não tendo sido identificadas situações que possam afetar a objetividade e independência da auditoria.
11. O Comitê de Auditoria considera satisfatórios os trabalhos realizados pela Auditoria Independente, que corroboram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2014.

Auditoria Interna
12. Em conformidade com o planejamento anual aprovado, a Auditoria Interna apresentou, nas reuniões mensais do Comitê de Auditoria, o resultado dos trabalhos realizados, não tendo sido identificados riscos residuais que possam afetar a solidez e continuidade do Bancoob e das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Bancoob.
13. O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Demonstrações Contábeis
14. Foram analisados os procedimentos de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.
15. O Comitê de Auditoria conclui que as demonstrações contábeis consolidadas de 31/12/2014 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no País e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Bancoob naquela data, recomendando, assim, a aprovação pelo Conselho de Administração.

Brasília, 4 de fevereiro de 2015.

Rubens Rodrigues Filho Coordenador	Marco Aurélio B. de Almada Abreu	Ricardo Simone Pereira
---------------------------------------	----------------------------------	------------------------

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco Cooperativo do Brasil S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após examinar as demonstrações contábeis consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2014 e 2013, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers –, declara que os atos da administração estão representados adequadamente, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações contábeis consolidadas examinadas, na posição patrimonial e financeira do Bancoob – Banco Cooperativo do Brasil S/A.

Brasília – DF, 10 de fevereiro de 2015.

Ismael Perina Júnior Presidente do Conselho	Flávio Vaz de Lima Secretário do Conselho	César Augusto Mattos Conselheiro	Edemar Fronchetti Conselheiro	Renato Altino Paiva Neto Conselheiro
--	--	-------------------------------------	----------------------------------	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB

Examinamos as demonstrações contábeis individuais do Banco Cooperativo do Brasil S.A. – BANCOOB (“BANCOOB” ou “Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, bem como as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB e suas controladas (“Consolidado”) que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do BANCOOB é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB e do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob e suas controladas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Brasília, 10 de fevereiro de 2015.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 “F” DF	Geovani da Silveira Fagunde Contador CRC 1MG051926/O-0 “S” DF
---	--



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA
Henrique Castilhano Vilares - Presidente do Conselho Geraldo Souza Ribeiro Filho - Vice-Presidente do Conselho Ivan Capra - Conselheiro Ivo Azevedo de Brito - Conselheiro José Salvino de Menezes - Conselheiro Luiz Gonzaga Viana Lage - Conselheiro Manoel Messias da Silva - Conselheiro Miguel Ferreira de Oliveira - Conselheiro Rui Schneider da Silva - Conselheiro	Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-presidente Énio Meinen - Diretor Ricardo Simone Pereira - Diretor Rubens Rodrigues Filho - Diretor
	CONTADOR
	Primo João Cracco CRC-SP 149.703/O - S - DF

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - 2º SEMESTRE DE 2014

Introdução
1. O Comitê de Auditoria do Bancoob é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.
2. Além do Banco Cooperativo do Brasil S/A – Bancoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que compõem o Conglomerado Financeiro Bancoob: Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Bancoob DTVM e Ponta Administradora de Consórcios Ltda.
3. A administração do Bancoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado Financeiro são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.
4. A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos em todas as empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.
5. A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria independente contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Bancoob e das empresas que integram o Conglomerado Financeiro. Cabe à Auditoria Independente:
a) opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e;
b) avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, em conexão com os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.